

CIDADANIA, DEMOCRACIA E SINAL DIGITAL NA TV PÚBLICA DA BAHIA: O CASO DA TV KIRIMURÊ

Qhele Jemima Pinheiro de Melo Barros¹

Resumo: A história da TV no Brasil é marcada por muitas contradições e narrativas unívocas, especialmente enquanto se trata de programação e gestão que operem de maneira equânime as identidades plurais do país. Tem-se ainda a centralidade do padrão comercial e a predominância dos discursos das regiões sul e sudeste, que por anos agendam e conduzem a TV em todo país. Na Bahia, não é diferente. Entretanto, com a chegada do Sistema Brasileiro de Televisão Digital, o estado inaugura o primeiro canal da cidadania do país, e em sua faixa dedicada à veiculação de programas produzidos pela comunidade do município, coloca no ar a TV Kirimurê, que tem entre os seus princípios legais, contemplar a produção local e promover o diálogo entre as diversas identidades culturais do Brasil. Inscrita no projeto de TV Pública, o conceito desse novo canal é pautado, sobretudo, em democratizar os meios de radiodifusão. Em 2018, a TV Kirimurê completa seu segundo ano no ar, sintonizada no canal 10.2 do faixa aberta. Esse artigo trata sobre sua trajetória e analisa a relevância do projeto para o debate sobre identidade e regionalismo na TV brasileira, além de apontar fragilidades e problemas enfrentados pelo canal.

Palavras-chave: Televisão pública, identidade, Bahia, Canal da cidadania, TV Kirimurê.

Introdução

Muitos são os estudos em comunicação que se debruçam sobre o importante papel da televisão, mais do que qualquer outro meio de comunicação, para a produção de sentidos e, por extensão, a construção de realidades e fenômenos sociais que nem sempre espelham a realidade objetiva, o mundo fora da tela. É como se houvesse dois mundos: um empírico e outro criado pela televisão, com base em interesses determinados pelos proprietários de emissoras ou nas ideologias que estruturam as relações de poder no Brasil.

Tais fatores fazem da TV brasileira um aparelho de exclusão, já que não abarca em suas pautas a diversidade das representações da sociedade, na sua totalidade, suprimindo alguns segmentos sociais, depreciando outros ou supervalorizando outros, e, sobretudo, criando uma falsa sensação de representatividade nacional.

Para o caso dos regionalismos, fenômeno cada vez mais combatido pelas nossas TVs, a televisão nos apresenta um Brasil que parece ser uma nação singular, erguida na

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens – PPGEL, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. qhele@yahoo.com.br

unicidade da sua cultura e da sua população. O discurso televisivo há décadas evidencia uma identidade nacional pautada na exclusão ou na naturalização de preconceitos e ações discriminatórias, sob um olhar recortado a partir do sul e sudeste do país.

Os modos de fala, as referências espaciais e mesmo os estereótipos de beleza e comportamento estão facilmente identificados através do olhar homogêneo forjado principalmente pela maior rede de televisão do país, a Rede Globo, e também praticado ao largo em todo território televisivo, seja por suas sucursais, seja por outras redes de TV ou mesmo canais que buscam referência na sua forma.

Durante anos, as escolas de comunicação formaram (e muitas persistem) jornalistas para suprimirem os seus sotaques. Na Bahia, por exemplo, não era incomum estudantes buscarem o grande feito de alcançar o dito “padrão da Ana Paula”, que foi a dona da bancada do Jornal da Globo por um longo período. Crianças em cidades do interior do nordeste brasileiro, nos quais apenas o sinal das grandes redes de televisão chegava, conheceram somente os times da primeira divisão do campeonato nacional de futebol, o que formou gerações inteiras de torcedores do Flamengo ou Corinthians, para citar alguns, em solos de cidades que sequer tinham equipes esportivas em campeonatos oficiais. Isso para falarmos apenas de um período da história televisiva.

São muitos os exemplos possíveis para identificar a forma como operam os meios de comunicação na formação da consciência e identidades culturais na contemporaneidade, seja em manifestações dos sujeitos como indivíduos ou nas suas coletividades. A televisão, por sua vez, com expressiva presença nos lares de todo mundo, se coloca ainda mais imperativa, no sentido de que se relaciona cara a cara com o espectador, sem considerar suas lógicas de representatividade e lugares de fala.

De modo, esse artigo tratará questões da representatividade, com base na experiência da cidade de Salvador/ Bahia, a partir da inauguração da TV Kirimurê, o primeiro canal da cidadania brasileiro, que já nasce digital. Ao tempo que evidencia políticas públicas que tentam criar espaços dialógicos diferentes, com possibilidades para tais segmentos suprimidos e, por muito depreciados, atuarem com certa autonomia na rede televisiva.

TV na Bahia

A formação das identidades culturais contemporâneas tem na mídia e nos meios de comunicação importantes aliados. Não à toa, os estudos culturais, contrários à lógica

da mercantilização do mundo, discutem o papel da televisão e de outras mídias, a partir de diálogos com os estudos sobre cultura, dominação cultural e formação identitária.

Por sua vez, a lógica mercantil da TV é aspecto importante para apreciação. Aprendemos a consumir televisão baseados majoritariamente no desejo de consumir algo apenas pelo prazer do consumo. Aos poucos, o gozo imediato se tornou a máxima da produção e do assistir a televisão. No caso brasileiro, isso se agrava em função das escolhas de temas e pautas que predominam nas narrativas da tela. Além disso, temos uma cultura de TV subordinada à publicidade e propaganda. Em uma sociedade cada vez mais dominada pela mercadoria, o imaginário coletivo parece aceitar, sem contestar, que é mesmo o entretenimento a única função da TV.

Nesse movimento que tende à unilateralidade em muitos aspectos da produção televisiva, a Constituição de 1988, instituída quase quarenta anos depois de ir ao ar a primeira TV do Brasil, em seu artigo nº223, chama a atenção para a necessidade de se cumprir o princípio da complementariedade entre sistemas de radiodifusão pública, privada e estatal. No entanto, no jogo entre comunicação, política e cultura, continuamos assistindo ao poder do capital atuando com soberania sobre os discursos televisivos e enfraquecendo a possibilidade de ascensão de diferentes e outras formas e abordagens para a TV brasileira.

Na Bahia, o primeiro canal de televisão chegou dez anos depois da TV Tupi de São Paulo. Também trazida por Assis Chateaubriand, dono da consolidada rede dos Diários Associados (com representações no impresso e na rádio da Bahia), a TV Itapoan começou a operar em 19 de novembro de 1960. A promessa era: “O próprio povo constituirá o patrimônio da sua televisão”. No primeiro ano, a limitação técnica, que implicava na programação ao vivo, abriu espaço para um período no qual, de fato, o conteúdo da emissora era predominantemente local, com valorização da mão de obra nativa e de um mercado emergente no estado (ROCHA, 2009).

Bastou apenas a chegada do videoteipe, em novembro de 1961, no entanto, para que se passasse a replicar a programação nacional de maneira predominante, além da máxima do canal gerenciado por empresários e condicionado ao financiamento de empresas, a exemplo dos telejornais *Repórter Esso* e *Telejornal*, financiados, respectivamente, pela empresa norte-americana de petróleo, a ESSO, e pela Petrobras. Ao telespectador, por anos, foram reservados limitado número de aparelhos e programação sem diversidade.

Depois da TV Itapoan, foram inauguradas a TV Aratu, a TV Bandeirantes e a TV Bahia, todas comerciais, até que, em 1985, nasce a primeira televisão não-comercial do estado, a TVE Educativa da Bahia, uma representante do sistema público de televisão, foco deste artigo.

A TVE inova quanto às abordagens culturais na programação radiodifusora da Bahia. Ao contrário das representações muitas vezes distorcidas sobre o estado, vistas na TV comercial, com a chegada da TV Educativa as culturas locais receberam mais atenção. A TVE, sob uma perspectiva mais abrangente, deu voz a muitas expressões e atores sociais antes silenciados. Entretanto, essa TV sempre foi (e permanece) feita e financiada pelo estado, o que implica em recortes marcados por interesses políticos e compromete a ampla demonstração de posicionamento de determinados grupos.

Ainda hoje, o baixo investimento na TV Educativa implica também em uma produção local reduzida, o que acaba por reforçar a lógica da representatividade verticalizada de outras redes de TV. A programação da TVE abarca mais produções da TV Brasil (com sede no sul do país) que programas locais.

O sistema de radiodifusão digital e a multiprogramação, no entanto, parecem acenar para o surgimento de novos espaços dialógicos, com a participação de produtores independentes e de toda sociedade civil.

Sobre TV digital e canal da cidadania

Entre outros projetos políticos, o século XXI assistiu à mudança do sistema de distribuição do sinal de TV no Brasil. Para compreender melhor o que isso significou, é importante definir o que tratamos como imagem analógica.

Na transmissão analógica, a luz passa através das lentes levando informação da imagem de maneira análoga ao que o olho humano vê (CROCOMO, 2007); algo muito parecido com o processo experimentado pelo cinema iniciado pelo cinematógrafo dos irmãos Lumière, com quadros (fotos) que projetados um após o outro resultaram na ilusão de movimento. E como isso se deu na televisão?

O processo inicial, fruto do advento da eletricidade, igualmente fazia da televisão uma projeção analógica, como a conhecemos até pouco tempo. Tecnicamente, os elétrons transportavam a imagem através do tubo até a tela, depois dessa ser gravada de forma direta nos suportes (CROCOMO, 2007). A linguagem digital, por sua vez, transforma tudo em combinações de “zeros” e “uns”, para que o computador possa ler

os dados quando transmitidos - sem nenhuma perda de qualidade - para decodificação do conversor digital nos aparelhos de recepção, sejam estes televisores, ou outros dispositivos portáteis.

Entender o processo técnico auxilia na compreensão conceitual e política da TV digital no Brasil, uma vez que para a maioria dos telespectadores toda mudança do sistema analógico para o digital pode ser descrita como: imagem e som melhores e transmitidas em um novo aparelho de TV. E só. A distribuição em multiplataformas ou a democratização dos canais, entre outros importantes objetivos da implantação do sistema brasileiro de TV digital (SBTVD), ficam escondidos atrás da imagem e som em *HD* ou *full HD* que chegam para uma complexa audiência.

Falar de sistema de TV digital é falar de multicanais, que permitem multiprogramação e divisão de espaço físico de frequência como nunca antes visto. É falar de participação e interatividade, conceitos-chave na constituição do público para essa “nova” TV. Também é falar de uma nova linguagem televisiva, com narrativas transmídias, baseadas em convergências de equipamentos e tecnologias, mas, sobretudo no desenvolvimento da inteligência coletiva (JENKINS, 2009), que insere o receptor de maneira mais intensa e orgânica no processo produtivo.

Contudo, no sistema de TV digital a ideia de interatividade é praticada de maneira exígua, limitando-se ao envio de vídeos para integrar a grade de programação, à gravação de programas ou ao acesso à internet através da televisão, o que aumenta a distância entre a audiência e seu entendimento sobre as formas de participar das políticas públicas de comunicação. Essas limitações ratificam a importância de se discutir acesso, democracia e conceito de público na prática televisiva, de maneira que esta possa representar a diversidade de interesses e manifestações de culturas e identidades do país. É ainda uma questão emancipatória, na medida em que, junto às novas mídias digitais, sejam apresentadas ao telespectador suas possibilidades de interferir no processo produtivo.

A saber, a implantação do SBTVD foi iniciada com o decreto 4.901, de 26 de novembro de 2003. Através desse decreto foram abertos editais para formar consórcios entre institutos de pesquisa, empresas privadas e universidades brasileiras, na busca por um modelo técnico que atendesse as necessidades do país. Em 2006, entre outros três sistemas apresentados, fora escolhido o modelo japonês de transmissão e o Brasil começou a implantar a sua TV digital.

Para a TV Educativa da Bahia, o sinal digital chegou traduzido principalmente em duas frentes.

Uma delas é a possibilidade de o sinal chegar a cidades que outrora não chegava, conforme explicou o diretor de operações da TV durante o evento de lançamento da TVE digital, em 2013²:

A distribuição deste conteúdo era prejudicada pelo analógico, pela má qualidade do sinal. Isso foi superado com a TV Digital. Agora, a TVE tem som e imagem imunes a qualquer interferência na distribuição. Temos a oportunidade de distribuir o conteúdo, fortalecer a cidadania e contribuir sócio e culturalmente.

A segunda frente diz respeito à oportunidade de se operar a faixa dedicada ao canal da cidadania, que tem entre os seus objetivos, presente na portaria 489/2012

[...] a busca pelo exercício da cidadania e da democracia, a expressão da diversidade social e *o diálogo entre as diversas identidades culturais do Brasil* [grifo nosso]. Além disso, pretende-se fomentar a produção audiovisual independente, de caráter local e regional e atuar na prestação de serviços de utilidade pública.

A redação da lei indica a necessidade de uma relação dialógica entre a diversidade cultural do país, e evidencia a importância da televisão para este fim. O canal da cidadania é uma política pública voltada para a tentativa de democratizar a comunicação e o acesso à faixa de outorga da TV, além de uma alternativa para a contratação de projetos relevantes que não encontram espaço nas grandes redes de televisão.

Junto com a releitura política sobre o conceito de público na comunicação do país, o canal da cidadania surge como possibilidade para que outros atores sociais, culturais e políticos possam falar com “suas próprias palavras”; é um projeto para conceder a fala aos próprios sujeitos sociais silenciados, para que possam falar sobre si mesmos; e não serem, não mais, apenas falados.

No entanto, embora um grande avanço em relação às reivindicações das emissoras comunitárias brasileiras aconteça, a existência de um canal na faixa aberta organizado e conduzido por associações comunitárias ainda é um instrumento com alta interferência da União. Sem regulação protetiva, a vulnerabilidade desses canais é muito

² Matéria disponível em <https://www.irdeb.ba.gov.br/irdeb/acontece/11978-tve-agora-e-hd>, acessado em 20 de abril de 2018.

alta. No caso de Salvador, com o primeiro canal da cidadania do Brasil, é possível identificar traços dessa simbiose contraditória. Ao tempo em que se assiste ao nascer de uma TV esperançosa em ser a voz livre e multicultural da Bahia, classificada por muitos como projeto utópico, assiste-se à falta de incentivo e estrutura que quase a faz sumir da programação, como veremos a seguir.

O caso Kirimurê

Entre mais de duzentas outras opções apresentadas em reunião, através do método de concertação de marca comunitária (criar a identidade de grupos comunitários por meio da escolha de nome e marca), o nome escolhido para o primeiro canal cidadania do Brasil já anuncia uma importante estratégia conceitual e estética para demarcar compromisso com a diversidade de conteúdo e com as múltiplas identidades da região da Bahia. Kirimurê, palavra que significa grande mar aberto dos tupinambás, carrega valor histórico e de memória.

Os portugueses, chegados em terras brasileiras, aportam com seus tecidos e interesses exploratórios e interferem de maneira cruel na construção identitária da comunidade indígena que aqui vivia. Livre e organizada, a natureza dos tupinambás fora invadida. Sem direitos concedidos, nem espaços de fala, as suas culturas e identidades continuam desrespeitadas ao longo dos séculos.

É possível dizer que a história da TV Brasileira é baseada também em uma ação colonizadora, que deu início a tudo que conhecemos como formato de televisão até hoje. Grandes empresários se apropriaram das outorgas públicas concedidas pela União, passaram a decidir sobre o funcionamento das redes de radiodifusão e, assim, atuam desde então. Tal concessão deveria ser disputada por toda sociedade, através de instituições habilitadas legalmente e que apresentassem propostas dentro do prazo dos editais. Não aconteceu. Continua não acontecendo. E mesmo depois das concessões outorgadas, pouco se regulamenta e fiscaliza, o que permite o cerceamento da palavra por parte dos donos do poder.

Na tentativa de ocupar uma faixa desse espaço, junto a iniciativas de outras TVs educativas e públicas, de TVs comunitárias e universitárias, o canal da cidadania é como uma reversa invasão indígena em território da colônia. É um movimento de abrir portas para entrada de novas leituras audiovisuais para a televisão da Bahia; é a ave que carrega o desejo de mudança.

Conta a lenda que a ave partiu de terras muito distantes e voou incansável, dias e noites sem parar, até alcançar o litoral de uma terra imensa e bela, onde pousaria. Mas, cansada do grande esforço empreendido na longa viagem, a ave não resistiu e ali caiu já morta. No choque contra o solo, acreditavam os índios, suas longas e alvíssimas asas transformaram-se em praias de areias muito brancas. E o seu coração, ao bater na terra, rachou-a, abrindo uma grande e profunda fenda que logo foi tomada e irrigada pelas águas do mar. O sangue que jorrou da grande ave lendária inundou e fecundou as margens daquela imensa baía e assim nasceu Kirimurê, bela e generosa, uma terra de onde os Tupinambás retiravam todos os alimentos que precisavam para sobreviver. Depois, chegou o homem branco e se apropriou de Kirimurê, rebatizando-a de Baía de Todos os Santos.³

Salvador, Bahia, 20 de novembro de 2016. É com a leitura desse texto que o ator Bertrand Duarte, que representa o louco com sonho de voar, protagonista de *Superoutro*⁴, filme de Edgar Navarro, abre a primeira transmissão ao vivo da TV Kirimurê (TVK) e conta ao público a história por trás do nome. Ainda em sua fala inicial, complementa que esse é um grande marco na história da TV brasileira e anuncia que, ali, se lança uma TV “que dá voz a pessoas como eu e como você. E que respeita todas as crenças e orientações”. É um lugar para a gente se ver, para a gente se ouvir e para a gente pensar juntos, completa.

Em evento aberto e gratuito, na praça de alimentação de um *shopping center* de Salvador, o lançamento transmitido pelo canal aberto e via internet reuniu muitos elementos que representam os lugares de fala pretendidos pela TVK: desde a data de inauguração, dia nacional da consciência negra, até os figurinos, cenários, linguagem, e a escolha dos apresentadores e de toda a pauta da programação.

Figura 01 – Transmissão ao vivo do lançamento TV Kirimurê



³Texto transcrito do programa inaugural da TV Kirimurê, disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=HI3MoY2s4JY>>. Acessado em: 10 de janeiro de 2018.

⁴ *Superoutro*. Dir.: Edgar Navarro. Ano: 1989. Duração: 46 min.

Na primeira fase da transmissão, junto a Bertrand Duarte, estavam os apresentadores e artistas Pedro Albuquerque e Pretha Souza, que reforçaram em seus figurinos e discursos o papel da entusiasta e jovem TV Kirimurê de trazer uma nova perspectiva para o audiovisual baiano, através da diversidade, liberdade e democratização da mídia. Vai falar “a comunidade indígena, agricultura familiar, produtores de alimentos orgânicos, artesãos, pescadores, marisqueiras, *o povo* do teatro, *o povo* do cinema, *o povo* da música, da dança. É Salvador na telinha da televisão”, descreve Pedro Albuquerque, com seu acentuado sotaque local, ao apresentar o projeto de gestão do canal da cidadania, da TV Kirimurê.

A outorga para operação do canal chega através da TVE Educativa, ligada ao Instituto de Radiodifusão da Bahia, IRDEB, subordinado ao Governo do Estado. Os baianos marcam, então, a história do Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD) com a primeira televisão pública do país que tem autorização do Ministério das Comunicações para operar a faixa da multiprogramação.

A Kirimurê representa o subcanal destinado à TV comunitária, entre as quatro faixas que formam o canal da cidadania. A Organização Social Filhos do Mundo – FEME, de utilidade pública estadual e vinculada ao Movimento Social Povos Brasileiros (MSPB), é a instituição habilitada para operar a concessão e representar outras trinta e cinco organizações sociais e entidades que assinam juntas a gestão do canal da cidadania da Bahia.

Sintonizada no canal 10.2 da faixa digital aberta, a TVK é uma iniciativa para ampliar o direito de fala dos discursos não hegemônicos, além de uma tentativa de demarcar o espaço físico ante o restrito e controlado espectro de frequência brasileiro. Com olhar voltado para a Bahia, e mais especificamente para os lares de Salvador e de parte de sua região metropolitana – municípios de Lauro de Freitas, Simões Filhos e Ilha de Itaparica, onde chega sua programação, a proposta conceitual da TV é ser, como descrito em seu slogan, uma TV para a cidade “Se ver, se ouvir e se mostrar”.

Mas não a mesma cidade vista na programação dos canais que já nos habituamos a zapear. Ao contrário, uma TV de narrativa a contrapelo (BENJAMIN, 1996), gerida pela sociedade civil organizada, e baseada em uma política de inclusão e emancipação dos meios e mensagens. Não uma TV contada pelos olhos do colonizador, mas pelos próprios habitantes de uma cidade cheia de multiplicidade e diferenças culturais, pelos próprios “olhos kirimurê”.

Ainda sobre o lançamento, outros elementos podem ser trazidos para ilustrar tais propostas de olhares e narrativas. Entre eles, o fato dos *talk shows* serem comandados majoritariamente por mulheres negras, em entrevistas com personagens locais que trataram de temas com predominância nas culturas baianas, a exemplo de Madá⁵, fundadora da Negrif⁶, que explica: “Eu não tinha o hábito de comprar roupa pronta. O que eu queria eu pedia que mainha⁷ fizesse [...] Então eu estudei e virei estilista. E depois comecei a oferecer isso a outras pessoas”, ao explicar sua trajetória de empreendedora de sucesso.

Além disso, a apresentação musical com Marcionílio Prado, cantor, compositor, multi-instrumentista e arranjador da década de 1980; as entrevistas com personagens políticos da cidade, além do bit da DJ Luana Passos, que levou seu som de *hip hop* e *funk* de vertentes africanas, coreografado por Gleyce Manu. Nomes muitas vezes desconhecidos, mas símbolos de um processo de construção de identidades ligadas ao pertencimento racial, à religiosidade, e a regionalidade, além da simbologia de praticar um discurso diferente e em oposição ao já difundido.

A programação a ser transmitida no canal aberto da TVK foi também apresentada com muitas promessas. Entre outros, o Kiresporte: “Vamos focar no esporte não profissional [...] Vamos falar com você que está aí jogando o seu *baba*⁸, entrevistar você”, anunciou Noildo Paixão, que foi apresentador de uma das entrevistas ao longo da transmissão ao vivo. E o Kirimulher, voltado para o público feminino, com uma abordagem empreendedora e de empoderamento para compor a grade da Kirimurê.

Muitas expressões e caminhos na contramão do sistema predominante da TV, assim como, uma proposta para a nova comunicação, com referencial no interesse do público e bem estar social, conectada com a produção em rede e atenta aos novos produtores de conteúdo, aos telespectadores transmídia (JENKINS, 2009). Foram cerca de quatro horas de puro suor e sonho gravadas para dar início aos voos da TV Kirimurê. A gravação está disponível no canal do *youtube*⁹ da TVK. No entanto, depois dessa

⁵ Madalena Bispo (*sic.*).

⁶ A Negrif é uma grife que aposta em roupas com identidade afro-baiana e busca atingir um público diferenciado com estilo que não está disposto a consumir roupas em série. Atualmente, sua loja tem sede no Centro de Salvador.

⁷ Em Salvador, Bahia, mainha é um modo para chamar mãe.

⁸ Em Salvador, Bahia, baba é uma partida de futebol informal; um jogo de futebol entre amigos, o que se conhece como pelada no Sudeste do Brasil.

⁹ Material na íntegra disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=HI3MoY2s4JY>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2017.

produção, a grade do canal ficou sem atualização durante meses, replicando apenas a programação da TV Escola.

Somente em 20 de novembro de 2017 foi lançado o programa *Conversa de Pretha*, com Dina Lopes, com previsão para ser exibido todas as segundas-feiras, às 20h, no canal 10.2. Uma importante conquista para o canal da cidadania e incentivo para a gestão de conteúdo da TV. Dina é ativista social, e protagoniza um programa que entrevista apenas mulheres. O *Conversa* já era produzido para a internet e passou a ser exibido na TVK. No entanto, configura-se ainda como primeiro e único programa da *Kirimurê* no ar, depois de um ano de lançada.

O (des) caso Kirimurê

Em meio à celebração e vontade de fazer uma TV com liberdade de expressão, muitas contradições ficaram tangíveis e reforçaram a fragilidade do sistema brasileiro de televisão pública. Ao avigorar a independência da TV *Kirimurê*, durante a primeira transmissão ao vivo, Pedro Albuquerque convida para entrevista Álvaro Gomes, então Secretário do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia, e ratifica “a SETRE é uma parceira importante, mas aqui não é uma TV Estatal, não é uma TV onde o Estado manda. Mas uma TV pública em que o Estado também participa, como sociedade”.

O aspecto público da comunicação, em franca discussão e que vive um desmanche evidente nos últimos anos Brasil, é imprescindível para compreensão da TV aqui estudada. O distanciamento entre a manutenção financeira e a interferência política na condução conceitual da TV Pública no país é um grave problema. O estado é um dos responsáveis, senão o maior responsável, por financiar a comunicação pública, uma vez que esta, por lei, é proibida de receber patrocínio de quaisquer espécies. No entanto, não cabe ao estado interferir, manipular, nem conduzir os interesses da comunicação pública. Mas é o que tem feito ao longo de toda nossa história, seja nacionalmente, seja localmente. E a fala do apresentador aponta esse histórico.

Por pouco a Bahia não se tornou também o primeiro estado a perder a outorga, por não conseguir colocar uma programação no ar. Era preciso que o canal da cidadania em sinal aberto e digital estivesse disponível para o público, no prazo máximo de dezoito meses, conforme descreve a portaria 489/12, que o regulamenta. O subsídio legal, que abriu margem para esse importante veículo democrático existir, não previu,

no entanto, políticas públicas para o mesmo, e muitos aspectos contingenciam o voo do canal no qual “a cidade se vê”.

Embora o canal da cidadania/TVK tenha função de programadora (receber e exibir material), e não de produtora (elaborar conteúdos), é preciso o mínimo de estrutura física e orçamentária para colocar no ar uma programação vinte quatro horas por dia, sete dias por semana. E quem deve pagar essa conta? Assim como as demais tevês do campo público, são vedadas, em todas as faixas de programação do Canal da Cidadania, a veiculação de anúncios de produtos e serviços e a venda de horários da programação. Sem dotação orçamentária específica, a proposta é que a sustentação financeira fique por conta de doações de pessoas físicas e jurídicas, apoio cultural, publicidade institucional ou acordos e convênios com entidades públicas ou privadas.

No evento aberto ao público, realizado em 12 de dezembro de 2016, a TVK convidou toda sociedade para dialogar sobre sua programação. Uma das pautas tratava do Programa de apoio denominado Amigos do Canal. Este era uma espécie de cotas de doação, que poderiam partir de pessoa física ou jurídica, conforme previsto em lei, para manter a organização orçamentária do canal. Meses depois, tendo como resultado final a quase extinção da TV Kirimurê, ratifica-se o quão difícil é conduzir a partir dessa premissa, que evidencia a falta de clareza quanto à responsabilidade dos estados e municípios em auxiliar no gerenciamento das contas dos canais da cidadania.

Vale apontar que o quesito técnico encontra apoio (equipamentos, softwares e redes de transmissão) na parceria com a TVE Bahia, que possui estrutura para seu próprio funcionamento. Entretanto, como sempre lembra José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o Boni, uma das referências da TV Comercial, fazer televisão é caro. E são muitas as camadas e processos até que se chegue ao produto final nas plataformas de exibição. No caso em questão, durante a transmissão ao vivo, notam-se alguns traços técnicos que indicam a ausência de investimento em máquinas: travamento durante a transmissão, erros no jogo de câmera, partes com áudio estourado e outros inaudíveis, entre outros problemas.

No sinal aberto, quase o total da programação da TV Kirimurê corresponde à retransmissão da TV Escola, principalmente, em função dos trâmites legais e direitos autorais para exibição de material de produtores independentes. Além disso, é muito difícil ceder conteúdo de maneira gratuita. Esses produtores, muitas vezes, precisam que seus materiais estejam inéditos para submetê-los a editais e festivais. Eles precisam

ganhar dinheiro com seus trabalhos. Assim, a estrutura de representatividade identitária fica comprometida, ao reproduzir o sotaque nacional e unificado no canal previsto para ser o espelho da cidade de Salvador.

Ao acessar as demais mídias digitais da Kirimurê, estas acabam por denunciar a dificuldade dos discursos alternativos acessarem a televisão de maneira protagonista. O site¹⁰, depois de longo período fora do ar, retorna com informações organizadas de maneira precária, e a página do *facebook*, na qual se encontram pequenos vídeos com falas de apoio e incentivo à TV, tem pouco mais de 1600 seguidores/curtidas, com baixíssima interatividade e atualização.

Um ano depois da inauguração, não mais que mil pessoas assistiram ao conteúdo do lançamento disponível no canal do *youtube* da Kirimurê. Se na Internet estava disponível, gratuitamente, material preparado para mostrar o que a televisão comercial não mostra, para dar vez e voz aos diferentes movimentos culturais e sociais de Salvador, por que esse material não foi assistido? Por que o telespectador não se interessou em ver a sua imagem nesse moderno espelho eletrônico?

Esses questionamentos, que são mais repostas que questões, propriamente, ajudam a compreender as dificuldades enfrentadas pela TV Kirimurê e, de certo modo, pelas tevês não comerciais no Brasil.

Considerações finais

A TV Kirimurê quer falar, mas não consegue. É como uma alusão ao manifesto regionalista, na busca por um projeto descentralizador, valorizador dos elementos caracterizadores das particularidades da nossa região, e capaz de servir de exemplo a outras regiões do país, mas, sem a notoriedade da mídia e da sociedade; não representando, portanto, uma resistência fortalecida.

O fato de não conseguir fazer a cidade de Salvador se ver, se ouvir e se mostrar é fruto de uma grande contradição do sistema. Embora tenha o propósito de mostrar a cidade, a TV não tem *ainda* condições políticas, técnicas e financeiras de fazê-lo. De maneira análoga, é como assistir ao nascimento de uma louca que vive em Salvador e decide viver o seu sonho de voar, como o protagonista do premiado *Superoutro* baiano, que em um ato heroico, quer mostrar aos homens outras formas de ser, quer se libertar.

¹⁰ Disponível em: <<https://tvkirimure.tv.br/>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2018.

Como seria possível resolver tais problemas? Com o processo em curso, não é aceitável responder com precisão, mas ponderações se fazem imprescindíveis. Os cuidados para não traduzir práticas miméticas, distanciando demais o diálogo com o mundo real ao circular um conteúdo sobre si, para si e de maneira endógena, é um ponto. Canclini (2006) chama a atenção para a dificuldade de sabermos o que é próprio diante dessa lógica cultural globalizada, e a luta por distinguir tal individualidade pode resultar em uma interação disfuncional irreversível.

Além disso, é preciso atenção também para não perder a relação com a linguagem televisiva, uma vez que o próprio conceito de TV está sendo revisado. O que é fazer audiovisual para a TV? Em que medida essa produção se distingue da produção para outras mídias digitais? Esse fator é definidor para ocupação do espaço reclamado.

A questão de representatividade regional na TV fica subordinada aos interesses políticos (ou a falta deles) e tencionam questões culturais históricas. As identidades como conceitos fluidos e complexos que são, diante de uma relação desigual como a TV, precisam encontrar formas de representação que talvez estejam na ocupação consciente dos espaços hegemônicos de comunicação. Também devem olhar para experiências de outras nações fortalecidas em suas redes públicas de comunicação, a fim de dar saltos altos em vôos como os da Kirimurê. Sem quedas trágicas.

Referências

ALMEIDA, G. W. **Estado, televisão e construção de identidade na Bahia**. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Anais do XXIII, Manaus: 2000. Disponível em: <www.intercom.org.br/paper/xxiii-ci/gt09/art-gt009.html>. Acesso em: 10 de dezembro de 2017.

BENJAMIN, Walter. **“Sobre o conceito de história”**, em _____. Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BRASIL. Ministério das Comunicações. Portaria nº 489 de 18 de dezembro de 2012. Aprova a Norma Regulamentar do Canal da Cidadania.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BUCCI, Eugênio. **É possível fazer televisão pública no Brasil?** Revista Novos Estudos, São Paulo, *CEBRAP*, no.88, Dez 2010.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 1999.

LEAL FILHO, Laurindo. **A melhor TV do mundo**. São Paulo: Summus, 1997.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

CANITTO, Newton Guimarães. **A Televisão na era digital**. São Paulo: Summus, 2010.

CROCOMO, Fernando Antonio. **TV digital e produção interativa: a comunidade recebe e manda notícias**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. 2ª ed. São Paulo: Aleph, 2009.

HALL, S. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Liv Sovik (Org.). Belo Horizonte: Editora UFMG, Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

REQUENA, Luiz Gonzalés. **El discurso televisivo: espectáculo de la posmodernidad**. Madri: Catedra, 1999.

RICÓN, Omar. **Televisão Pública: do consumidor ao cidadão**. São Paulo: SSRG, 2002.

ROCHA, Renata. **TVE: matizes para uma nova cultura - políticas culturais e televisão pública**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. **Políticas Culturais na Bahia Contemporânea**. Salvador: EDUFBA, 2014.

SODRÉ, Muniz. **A máquina de Narciso. Televisão, Indivíduo e Poder no Brasil**. São Paulo, 1990.

TORVES, José Carlos. **Televisão Pública**. Porto Alegre: Evangraf, 2007.